Proletários de todos os países, uní-vos!

A CLASSE OPERÁRIA

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Nº 87 Julho de 1974 Ano X

A Verdade do Povo

Após dez anos de terror, demagogia e mentiras deslavadas, a situação brasileira, por qualquer dos aspectos que se a examine - econômico, social ou político - comprova, de há muito, o completo fracasso do milagre que a ditadura militar proclama ter conseguido. Exportações maciças, reservas cambiais, Transamazônica, contenção da inflação, câmbio flexível, rodízio regular de generais no Poder, ordem e estabilidade social, configuram, segundo os golpistas de 1964, o modelo de desenvolvimento original, digno de ser imitado.

Hoje, porém, até os mais ingênuos podem verificar que a realidade é bem diversa da apregoada pelos generais. Tudo não passa de formas refinadas de espoliação do imperialismo. Com efeito, os trustes estrangeiros, sobretudo os norte-americanos, e seus associados ditos nacionais, prosperam, enriquecem, agem como se estivessem aqui em seu paraíso. O povo, no entanto, enfrenta uma situação calamitosa. É agudo o contraste. Pari-passu com o desenvolvimento das grandes empresas e o crescimento de seus lucros, elevou-se em vastas proporções o índice da mortalidade infantil, da criminalidade, do pauperismo, da marginalização da gente pobre, do analfabetismo e de outros males.

O futuro da nação, seu progresso, sua soberania estão mais ameaçados do que nunca. Os imperialistas intensificam sua penetração, açambarcando os principais recursos do país e ramos da produção, absorvendo ou liquidando as indústrias nacionais. Estas entram em falência ou ficam estagnadas. Também no campo, as terras vão sendo ocupadas por grupos econômicos poderosos, ao passo que milhões de famílias não possuem sequer uma pequena parcela para trabalhar. Apesar de a agricultura ter-se voltado ainda mais para o exterior, seu rendimento não cresceu. Os preços de produtos como o café, a soja, a carne sofrem contínuas quedas no mercado internacional e o consumidor interno tem de sustentá-los a fim de que os fazendeiros não tenham nenhum prejuizo. Em contrapartida, importam-se quantidades sempre maiores de trigo, petróleo, aço, papel, equipamentos etc., por valores altíssimos, inflacionados. Como a economia nacional se acha subordinada aos trustes capitalistas do exterior, estes descarregam suas dificuldades sobre os ombros do povo brasileiro. Em consequência, a inflação entrou em ritmo acelerado. Os magos das finanças da ditadura, que antes juraram debelá-la ou pelo menos contê-la em níveis toleráveis, agora opinam que só com novos esforços e sacrifícios (leia-se arrocho salarial, intensificação do trabalho, altos impostos) será possivel detê-la este ano na casa dos 36%. A dívida externa marcha para os 18 bilhões de dólares. Não obstante, o capital alienígena continua a ser a vara de condão para operar o "milagre" econômico dos generais. Estes agarram-se a ele como a uma tábua de salvação, prometem-lhe novas facilidades e garantias. Por julgarem que existe no mundo grande disponibilidade de dinheiro, principalmente nos países árabes, andam a buscá-lo de chapéu na mão. E para obtê-lo estão dispostos a empenhar mais ainda as riquezas de nosso solo, o suor e o sangue dos trabalhadores, bem como a soberania da nação. Haja vista que em 1974 somente a amortização dos débitos alcançará uns 2 bilhões de dólares. E como está previsto um déficit de quatro bilhões de dólares na balança comercial, chega-se à conclusão lógica que o Brasil caminha para a insolvência. Diante desta conclusão que preocupa até mesmo alguns círculos das classes dominantes, os agentes da ditadura alardeiam que a dívida "nao causa apreensões", sendo prova de que o país "tem crédito" e outras torpezas pelo estilo. São opiniões cínicas, próprias dos representantes do regime de traição e entreguismo instaurado pelos militares.

As consequências mais desastrosas da

Continuação da primeira página

política em vigor se refletem nas condições de vida e trabalho das massas, em seus direitos cívicos. Essas condições pioraram ao extremo, tanto nas cidades, como no campo. Houve uma queda evidente do salário real (uns 50%) da classe operária. Também o funcionalismo e a classe média urbana tiveram seu nível de existência rebaixado. Os impostos e taxas multiplicaram-se e tornaram-se muito pesados, escorchando os contribuintes. Foram majorados de maneira exorbitante os custos da alimentação, da moradia, dos remédios, dos transportes, da educação, etc. Pobre, hoje em dia, não come carne nem outros alimentos essenciais. A corrupção, o roubo dos dinheiros públicos, o filhotismo, jamais foram praticados de modo tão escancarado. Os velhos males de que padecia a sociedade brasileira viram-se agravados pela política antinacional e antipopular da ditadura. E causa indignação ver que essas calamidades são mantidas a ferro e fogo, com uma fúria liberticida sem paralelo nos anais do Brasil independente. Os generais, não satisfeitos em suprimir todos os direitos democráticos, empenham-se numa campanha terrorista e repressiva, impõem a censura aos meios de divulgação, torturam e assassinam patriotas à margem de qualquer formalidade, querem incutir na juventude e nas massas uma mentalidade servil, de caserna. Em síntese, instauraram o fascismo para subjugar o povo e subordinar o país aos interesses do imperialismo norte-americano e da reação interna.

O governo Geisel, longe de reconhecer as mazelas criadas pela ditadura e o malogro da orientação e do modelo que ajudou a implantar, tenta valer-se de novas fraudes para enganar o povo e impor-lhe mais sacrifícios. Com este objetivo, disse estar disposto ao diálogo e à prática de um estilo diferente. Admitiu mesmo a existência de dificuldades econômicas e certa falsificação de dados estatísticos, herdadas da gestão anterior. Deu a entender, desta forma, que Delfim Neto, Andreaza e outros manipularam cifras, fizeram negociatas e lhe deixaram problemas. Isso tudo, no entanto, é cortina de fumaça. No fundo, Geisel manobra para consolidar o regime militar. Tanto assim que, logo em seguida à reação da camarilha de Médici às insinuações oficiosas, os atuais ministros passaram a declarar que a inflação e outras questões negativas provenientes da administração recém-finda tinham causas externas, eram produto da "subversão dos preços internacionais", "fenômenos atípicos", "desajustes" e não falhas do modelo nem da política aplicada. E o novo ministro da Fazenda, Mário Simonsen, voltou a elogiar Delfim Neto, classificando-o de "construtor da última fase do milagre brasileiro". Agora, Geisel e seu grupo projetam demagogicamente para este ano, apesar do "esgotamento da capacidade ociosa da indústria, da inflação mundial e da crise de energia", o crescimento do PIB em 10%, adotam novas medidas para proteger o capital estrangeiro e esperam que as massas trabalhadoras continuem a suportar, sem tugir nem mugir, a carestia, o arrocho salarial, a espoliação desenfreada, os impostos abusivos, o entreguismo, a corrupção, a privação de seus direitos e a onipotência do regime imperante.

Todavia, nem a mudança de linguagem ou de estilo nem as promessas de Geisel conseguirão mistificar a opinião pública e operar a transformação do fracassado milagre em êxito. O povo vai-se compenetrando de que os militares são incapazes de resolver qualquer problema nacional e que o país se torna cada vez mais dependente dos trustes internacionais. Nessas condições, não adianta fazer exercícios de retórica ou alimentar ilusões de que sob a ditadura a inflação possa ser contida ou os sacrifícios venham a ser "repartidos igualmente" entre os exploradores e os explorados. A crise do capitalismo mundial se acentuará e refletirá pesadamente na economia brasileira.

Médici começou seu governo afirmando que iria fazer "o jogo da verdade". Os resultados estão aí. Geisel, com pequenas nuances, envereda pela mesma senda. Contudo, a paciência do povo tem limites. É preciso que as forças patrióticas e democráticas saibam se unir firmemente para resistir e fazer soar bem forte a verdade do povo: LIBERDADE, INDEPENDÊNCIA, UM BRASIL LIVRE DA DITADURA DOS GENERAIS VENDE-PÁTRIA.

* * *

OUÇA DIARIAMENTE:

RÁDIO TIRANA: 31 e 42 metros - Das 20 às 21 hrs. e das 22 às 23 horas.

RÁDIO PEQUIM: 25 e 42 metros - Das 19 às 20 horas
19,4 e 32 metros Das 21 às 22 horas

O Novo Encontro de Moscou

Um novo encontro Nixon-Brezhnev teve lugar em Moscou. Os dois chefetes das maiores po-
tências imperialistas precisavam urgentemente dessa entrevista para tentar amenizar as di-
ficuldades internas que um e outro enfrentam. Brezhnev sofreu certos reveses no Oriente
Médio que abalam posições hegemonistas da União Soviética. Nixon está a braços com o caso
Watergate cada vez mais comprometedor para o seu já desgastado prestígio. Ambos capricha-
ram na encenação do colóquio, buscando uma recuperação política. A reunião, porém, pouco
refletiu, não alcançou a ressonância pretendida.

Eles não tinham grande coisa a tratar, além do que anteriormente combinaram. Limitaram-
-se a acordos e declarações de somenos importância. Falaram uma vez mais em paz, seguran-
ça, bem-estar, redução de armamentos, etc. para ludibriar os que se deixam levar por pala-
vras enganosas. Porque o que fazem é aperfeiçoar instrumentos de agressão e opressão, sub-
meter pela força os que resistem a seus desígnios. Posaram de árbitros dos destinos dos
povos, quando, na verdade, são tiranos e exploradores que querem impor sua vontade a todos.

Nixon e Brezhnev são parceiros e rivais ao mesmo tempo. Parceiros na luta para esmagar
os anseios progressistas em qualquer parte, para explorar e oprimir a maioria dos habitan-
tes do Globo. Rivais na disputa de zonas de influência, mercados e fontes de matérias-pri-
mas, na divisão do mundo. As duas superpotências que eles dirigem estão envolvidas na mai-
or corrida armamentista da História. Nenhuma quer ficar para trás. As vantagens que podem
auferir no que respeita a esferas de influência e áreas de domínio dependem da força de que
dispõem. Por isso, o equilíbrio militar entre elas está em constante mutação. Qualquer a-
vanço no terreno das armas e da técnica de matar alcançado por uma das superpotências é res
pondido pela outra com novos progressos em seus arsenais bélicos. E crescem sem cessar a
tonelagem de seus barcos de guerra e submarinos atômicos que singram os sete mares, os es-
toques de ogivas nucleares, os mísseis e antimísseis. O objetivo desta corrida é a supre-
macia mundial. Acresce, ainda, que a venda de armamentos é o mais lucrativo negócio da a-
tualidade e um dos melhores instrumentos neocolonialistas das grandes potências.

Estados Unidos e União Soviética são os principais inimigos da Humanidade, os maiores
exploradores, os piores opressores, os mais rancorosos adversários da liberdade e da inde-
pendência dos povos. Os monopolistas ianques agem com brutal cinismo e recorrem sistema-
ticamente à violência. Estão por trás dos golpes militares que instauram ditaduras fero-
zes destinadas a perseguir democratas e patriotas. Massacram populações inteiras para al-
cançar seus fins rapaces. Saqueiam intensivamente as riquezas de inúmeros países. Seus
tentáculos espoliadores estendem-se por todos os quadrantes da Terra. Os social-imperia-
listas não lhes ficam atrás. Desde que a União Soviética abandonou o caminho glorioso do
socialismo, por traição dos revisionistas, o expansionismo tornou-se-lhes uma necessidade
premente. Com apetite voraz, lançam-se na arena internacional. Subjugam nações, pilham
seus recursos, exploram os trabalhadores, mercadejam com armamentos, insuflam guerras en-
tre determinados países para tirar delas proveito. Mobilizam imensos exércitos com fi-
nalidades agressivas nas fronteiras da grande China Popular. Em toda parte, projeta-se
ameaçadora a sombra sinistra do lobo imperialista soviético, disfarçado de inofensiva o-
velha socialista.

Mas Estados Unidos e União Soviética não são tão fortes como aparentam. Seus regimes
estão minados por contradições insuperáveis. A política que seguem é contrária aos in-
teresses da maioria. Os Estados Unidos, na guerra do Vietnã, já sentiram o quanto é di-
fícil levar adiante seus planos escravizadores. Defrontaram-se com a resistência heroi-
ca dos vietnamitas e com a condenação enérgica da opinião pública norte-americana e mun-
dial que os obrigaram a manobrar e recuar de certos propósitos. A União Soviética so-
fre também os efeitos de um crescente processo de isolamento em face da orientação impe-
rialista que adota. A classe operária da URSS, tão abnegada e valente nos embates con-
tra o capitalismo, ainda não se deu conta do engodo revisionista. Mas acabará descobrin-
do a traição de seus dirigentes e levantar-se-á para derrubá-los e restaurar a ditadura
do proletariado. Em última instância, não é o poderio militar nem é o potencial econô-
mico-financeiro que decidem os destinos do mundo. Por mais bem armadas que estejam, as
superpotências são vulneráveis em sua política de rapina. Quem determina a marcha da His-
tória são os povos com suas ações consequentes em prol de seus verdadeiros interesses.

A luta decidida contra as duas superpotências é uma grande tarefa do momento, que exi-
ge ampla união de forças no plano mundial. Tal luta está ligada estreitamente ao combate
sem tréguas em cada país aos títeres e serviçais dos Estados Unidos e da União Soviética,
aos governos traidores que lhes servem de respaldo. Os povos querem livrar-se da opres-

Continua na página 4

Justa Reivindicação

Apesar das severas restrições opostas ao movimento sindical, realizou-se recentemente uma conferência nacional de trabalhadores na indústria automobilística. Os delegados discutiram alguns dos problemas de sua corporação e, em particular, a questão dos salários. Afirmaram que o crescimento econômico do país se faz com a "acentuação das desigualdades regionais e pessoais na distribuição da renda". Salientaram que as empresas multinacionais, para as quais produzem, "encontram na baixa remuneração dos trabalhadores a razão para as suas operações no Brasil". E decidiram, como meio de salvaguardar seus interesses, "defender a necessidade da livre contratação coletiva do trabalho".

Esta tomada de posição da Conferência justifica-se inteiramente. O grau de exploração do proletariado aumentou muito nesta última década. A ditadura militar realiza uma política abertamente antioperária. Reprime com violência os movimentos reivindicatórios, proíbe as greves e sufoca os sindicatos com o objetivo de favorecer a espoliação dos trabalhadores. Os lucros aumentam cada vez mais, enquanto se agravam as condições de vida do proletariado. São bastante reveladores os balanços contábeis publicados na imprensa no princípio do ano:

	Capital	Lucro
Companhia Souza Cruz	1.080.000.000,00	601.418.751,00
Philips do Brasil	304.719.018,00	151.258.141,00
Vidraria Santa Marina	220.000.000,00	78.078.034,00
Bayer S.A.	115.000.000,00	51.348.041,00
Olivetti	110.000.000,00	46.055.297,00
Romi	71.500.000,00	42.321.000,00
Sadia Concordia	57.600.000,00	48.939.000,00
Morro do Níquel S.A.	27.000.000,00	15.348.097,00

Somente oito empresas, onde predomina o capital estrangeiro, amealharam o ano passado um lucro superior a um bilhão de cruzeiros. Tão vultosa soma representa o suor e o sangue dos produtores, que receberam como salários apenas uma parcela dos bens por eles produzidos. O restante ficou em poder dos capitalistas. Daí seus altos lucros. Cada dois anos, aquelas empresas logram reaver todo o capital investido. Os operários, porém, mal conseguem cobrir as despesas com a reprodução de sua força de trabalho.

A Conferência dos que labutam na indústria automobilística pretende enfrentar esta tremenda injustiça social, pleiteando a "livre contratação coletiva de trabalho". E tem razão. Os operários vendem sua força de trabalho não aos generais mas aos empresários. Sob o capitalismo, o preço dessa força deve ser estabelecido por ajuste entre empregadores e empregados, estes representados por suas organizações de classe. Ao determinar os tetos salariais, a ditadura militar coloca-se no lugar do patrão e impede o proletariado de reclamar o que tem direito. É a modalidade fascista da remuneração operária fixada pelo Estado em proveito da burguesia. Além de prejudicar seriamente os interesses dos trabalhadores, o presente sistema beneficia em especial os grandes trustes estrangeiros, porque não leva em conta a diferença de produtividade existente nos distintos ramos industriais. Melhor aparelhados técnicamente e atuando nos setores mais rentáveis, os monopólios exploram intensamente o operariado e usufruem superlucros.

A reivindicação de livre contratação coletiva do trabalho é justa e oportuna. É um passo importante na luta para derrubar a política arbitrária do arrocho salarial e pela conquista de liberdades sindicais. A classe operária deve sustentá-la firmemente. Discutindo diretamente com os patrões o volume de salário a ser pago aos trabalhadores, os sindicatos, pressionados pelas massas, podem conseguir melhores níveis e exigir mais onde a produtividade é maior. O proletariado quando se põe em movimento constitui uma força que ninguém é capaz de conter. Unindo-se, e levantando-se em defesa dos seus direitos, alcançará, sem dúvida, grandes vitórias.

CONTINUAÇÃO DA PÁGINA 3 (O NOVO ENCONTRO DE MOSCOU)

são, do atraso, da espoliação, querem resolver seus próprios problemas. Almejam ardentemente a revolução. Opõem-se, por isso, com indignação, aos verdugos da Casa Branca e do Crêmlin, os Nixon e Brezhnev representantes do sanguinário capitalismo dos Estados Unidos e do neocapitalismo fascista da Rússia atual.

aspectos da política da ditadura no campo

As autoridades ditatoriais anunciaram uma ação coordenada de diversos ministérios, tendo à frente o ministério da Justiça, para colocar um "ponto final nos conflitos que envolvem terras e a situação dos trabalhadores". As mesmas fontes acentuaram que a maior preocupação é o aumento desses conflitos, bastante graves, chegando a "afetar a própria segurança nacional", em especial porque se verificam, em maior grau, na Amazônia.

Essa preocupação desmente, de plano, a propalada paz social imposta ao país. Apesar da propaganda oficial e do terror contra o povo, a realidade é esta: os conflitos de terras, as lutas dos trabalhadores rurais, aumentam!. E, em particular, na região amazônica, apresentada pelos governantes como panacéia para os problemas do campo.

A Amazônia não só se mostra refratária aos planos da ditadura, como está se transformando, rapidamente, num problema tão sério quanto o nordestino. Amedrontados, os generais resolveram, agora, colocar um "ponto final" em tais problemas. Conseguirão alcançar tal objetivo?

Para responder a isso é necessário examinar, mesmo rapidamente, a política agrária da ditadura e a causa de seu malogro.

TÁTICA DE DUAS CARAS

Quando empreenderam o golpe de abril de 1964, os militares enfrentaram uma situação de efervescência no campo. Os camponeses, em especial no Nordeste, mostravam decisão revolucionária na luta pela reforma agrária. Isso obrigou a ditadura a adotar uma tática dúplice. Ao mesmo tempo que reprimiu brutalmente o movimento camponês, procurou engodar as massas com promessas de reformas. Proclamou a extinção gradual dos latifúndios através de uma tributação progressiva e a redistribuição das terras inaproveitadas aos trabalhadores rurais. Não guardou segredo de sua intenção de criar, com essa política, uma classe média rural capaz de desviar as aspirações revolucionárias das camadas mais pobres do campesinato.

Todavia, uma coisa eram as intenções proclamadas e, outra, a obrigação de atender os interesses das classes dominantes que representava. Realizar a modernização da agricultura brasileira de acordo com os reclamos dos camponeses e da maioria da população seria contrariar os interesses dos imperialistas norte-americanos, dos latifundiários e da grande burguesia. Frente a essa contradição, para tentar impedir a radicalização da luta camponesa, os generais decidiram realizar a política de duas caras. O Estatuto da Terra, em teoria atingia certos interesses latifundiários. Na prática, os grandes proprietários não só se furtaram ao pagamento dos impostos progressivos, como chegaram a ampliar seus domínios. Os camponeses, porém, não tiveram melhoria alguma. Ao contrário: além de não haverem recebido nenhum lote de terra, viram-se sobrecarregados por impostos e taxas dos mais diversos tipos.

Foi durante a vigência do Estatuto da Terra, e com a criação da SUDAM, em 1966, que grandes empresas agropecuárias, de propriedade de grupos monopolistas estrangeiros e nacionais, começaram a se instalar na região amazônica. Só os grupos estrangeiros adquiriram, na Amazônia e fora dela, 20 milhões de hectares. Em lugar da formação de uma camada média de camponeses, o que se viu foi a rápida penetração da burguesia monopolista no campo, vestindo no latifúndio semifeudal a roupagem do capitalismo.

Na realidade, o objetivo da política agrária da ditadura consistia na subordinação sempre maior da agricultura brasileira aos interesses imperialistas e a seu sistema mundial de domínio e exploração. Com isso, logo de início, assistimos a um maior agravamento da crise agrária e da situação dos camponeses. A disparidade entre a procura de alimentos e a produção agrícola destinada ao mercado interno se acentuou porque a agricultura se voltou, mais ainda, e com prioridade, para o mercado externo. O crescimento da concentração da propriedade fundiária limitou ainda mais as oportunidades de trabalho no campo, cuja procura se alargou com o aumento da população. Resultado: multiplicaram-se os conflitos no campo, em particular entre posseiros e latifundiários-grileiros. No Nordeste, o movimento camponês voltou a tomar impulso. A ditadura viu-se obrigada a realizar novas manobras demagógicas: decretou o Ato Complementar nº 9, discriminando áreas prioritárias de reforma agrária e limitando a 50 mil hectares a extensão das grandes fazendas (projetos de áreas superiores ficavam condicionados à aprovação do Senado). Mas a aplicação desses decretos, mesmo de alcance reduzido, encontrou inúmeras resistências. Costa e Silva foi

derrubado e as promessas de reforma agrária foram arquivadas. Pelo menos até 1970 !

1970 foi ano de seca no Nordeste. A agudeza da crise agrária e o potencial revolucionário das massas camponesas veiu à tona com mais força e dramaticidade. A ditadura apressou-se a aplicar com o zelo anterior a política de duas caras. Médici lançou, com grande estardalhaço, seu projeto de construção da Transamazônica e de controle, pelo INCRA, de 200 milhões de hectares das terras marginais dessa estrada e da Cuiabá-Santarém. Tais terras seriam destinadas à colonização com os chamados "excedentes populacionais" do Nordeste. Cem mil famílias nordestinas nelas se fixariam até 1975, criando perto de meio milhão de empregos complementares na região. Paralelamente foi criado o PROTERRA, com o objetivo declarado de modificar a estrutura agrária do Nordeste. Os latifundiários teriam que apresentar projetos de redistribuição de suas terras, as quais seriam vendidas aos trabalhadores rurais com financiamentos a longo prazo e outros benefícios. Não tinham os latifundiários porque reclamar, pois receberiam indenização em dinheiro pelas terras alienadas. Os camponeses seriam atendidos em sua grande aspiração: possuir um pedaço de chão, contando ainda com a ajuda governamental.

Pouco mais de três anos após o anúncio daqueles pretensos projetos de redenção, a própria ditadura é obrigada a anunciar seu malogro. O INCRA não chegou a assentar 15 mil famílias em seus núcleos amazônicos. Além disso, houve confusão na distribuição dos lotes, foram entregues sementes estragadas aos colonos e estes esperaram em vão o transporte e o financiamento da safra. Em contraste, segundo os dados existentes, a SUDAM financiou a implantação de perto de 400 projetos agropecuários na Amazônia, englobando mais de 7 milhões de hectares e com um custo bem superior aos 150 milhões de cruzeiros gastos no assentamento das famílias de lavradores. Quanto ao PROTERRA, serviu para distribuir apenas 480 títulos de propriedades e gastar muitos milhões de cruzeiros, dos quais os verdadeiros beneficiários foram os latifundiários. Estes, conservando intactos seus latifúndios, embolsaram grandes somas de dinheiro vivo para especular no mercado financeiro, comprar mais propriedades e aumentar seu poder. Basta notar que no Nordeste, para 1,2 milhão de proprietários rurais, existem 2,2 milhões de propriedades.

A LINHA ATUAL

O ministro Paulinelli, porta-voz do ditador Geisel para a agricultura, insiste em que a salvação desta reside em "levar a mentalidade empresarial ao campo". Determinou a reformulação do tipo de colonização praticado na Amazônia, de modo a ser dada "prioridade à instalação de grandes empresas na região, corrigindo os principais erros da colonização anterior".

Ora, como tal prioridade jamais deixou de existir, pelo menos desde 1966, o erro de que podem ser inculpados os governos ditatoriais anteriores é o de haver feito promessas aos camponeses enquanto, na verdade, atendiam aos monopólios agrícolas. O governo atual considera que essa política de duas caras gerava esperanças e, portanto, maiores frustações. Como consequência, aumentavam os conflitos, colocando em risco a implantação das grandes empresas.

Partindo dessa análise, o atual ditador de plantão resolveu adotar a política de uma só cara, a política das grandes empresas, colocando de lado qualquer veleidade demagógica. O INCRA venderá a poderosos grupos empresariais os 200 milhões de hectares que controla. Os colonos já assentados serão abandonados à própria sorte, de modo a serem absorvidos o mais rapidamente possível pelas extensas fazendas. O agrônomo Bento Prado, assessor da Secretária de Agricultura de Mato Grosso denunciou que essas "grandes unidades agrárias tendem a absorver, a médio e longo prazo, as médias e pequenas propriedades pela impossibilidade de concorrência e, por outro lado, podem transformar-se em formas resistentes de poder econômico e poder político em decorrência da provável expansão monopolística dos meios de produção, de mercados, de produtos e outros". O famigerado Gabriel Muller, conhecido latifundiário que sugeriu a matança dos índios Xavantes, presidente da Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso e da Federação da Agricultura daquele Estado, referindo-se a posseiros instalados às margens dos rios Juruena e Arinos, declarou: "Esses elementos possuem títulos expedidos há dez anos. Acontece que esses títulos não têm o mínimo valor e eles vão ter que sair de lá".

Assim, o que diferencia a atual política agrária das anteriores é que a atual pretende reforçar a exploração do capitalismo monopolista na agricultura brasileira. Assaltados por crescentes dificuldades, os generais atribuem à agricultura a missão de compen-

sar, pela exportação de alimentos, os déficits da balança comercial. Todavia, não por acaso, esse regime de grandes propriedades rurais voltadas para o comércio exterior já foi comparado ao processo de ocupação do Brasil colonial. Tal processo, seguido invariavelmente pelas classes dominantes brasileiras, foi o principal entrave ao desenvolvimento do Brasil como nação progressista e independente. A curto prazo, essa política causará, como já vem causando, efeitos desastrosos na produção agrícola destinada ao mercado interno, aumentando a escassez e o preço dos produtos alimentares. E subordinará ainda mais nosso país ao controle dos monopólios que dominam o mercado internacional.

Mas não é só isso. O aceleramento desse processo, conscientemente adotado desde a instauração da ditadura militar, conduzirá à proletarização rápida e violenta das diversas categorias do campesinato, em especial dos sem-terra e dos pequenos e médios proprietários, a exemplo do que ocorre no Sul, onde já existe mais de um milhão de "bóias-frias". Diversas medidas, especialmente de caráter policial-militar, estão sendo adotadas para impedir o ingresso, na região amazônica, das levas de homens do campo que se deslocam do Nordeste e de outras áreas do país em busca de terras devolutas. Mesmo o deslocamento de posseiros há muito ali instalados, de uma área para outra, está sendo proibido. Tropas do Exército e da Polícia Militar controlam o fluxo de migrantes na Transamazônica. Em Mato Grosso, o governo criou um destacamento especial da Polícia Militar para esse fim, denominado Polícia Florestal. No Nordeste, a repressão investe violentamente contra os trabalhadores rurais, toda vez que surge qualquer problema de terra, com o intuito declarado de evitar um "novo Japuara"(local no interior do Ceará onde ocorreu um choque entre camponeses e a polícia a serviço dos latifundiários, em 1971).

Desse modo, com as frentes de penetração vedadas a seu acesso e com o aumento dos domínios latifundiários, os camponeses ficam sem condições para trabalhar e mesmo viver. As oportunidades de trabalho na agricultura, com o regime das grandes fazendas monopolísticas, são reduzidas ao mínimo. Dos 120 mil peões semi-escravos ocupados nos 368 projetos aprovados pela SUDAM, não serão necessários mais de 15 mil quando as fazendas-gigantes estiverem implantadas. A miséria e a marginalização dos "bóias-frias" e dos assalariados agrícolas da zona canavieira do Nordeste são perspectivas revoltantes para os camponeses.

As massas de trabalhadores rurais querem ter direito a um trabalho decente, a uma vida digna. A continuação e o aceleramento da política agrária da ditadura em benefício dos monopólios agrícolas, situa aquelas massas diante de duras opções, sem dúvida as mais críticas que já enfrentaram em toda a história do país. A opção de morrer à mingua, aos poucos, ou a de lutar pelo acesso à terra, pelo direito de trabalhar e ter um futuro melhor. A opção de se deixar massacrar pelos soldados, pistoleiros e capangas que receberam ordens dos generais de colocar um "ponto final" nas aspirações do povo, ou a de se defender por todos os meios a fim de garantir suas posses e seu direito à vida.

A política agrária da ditadura e sua determinação de pôr "ponto final" nos problemas do campo não acabarão com os conflitos. Ao contrário. O campesinato tem longa tradição de luta e não se sujeitará à canga dos monopólios agrícolas e dos militares. O exemplo dos camponeses do Araguaia, que pegaram em armas para resistir à prepotência da reação e organizaram suas Forças Guerrilheiras, é o farol que ilumina cada vez com maior força o caminho da libertação dos trabalhadores rurais do Brasil.

Os generais fascistas não têm alternativa, qualquer que seja a face que sua política antipopular mostre. Servir aos interesses do imperialismo e dos reacionários brasileiros - eis sua inglória missão. Enfrentar uma resistência cada vez mais poderosa dos operários, camponeses e de outras forças progressistas, até sucumbir no incêndio da guerra popular - eis seu inevitável destino. Não poderão fugir de um ou de outro. Querem colocar um "ponto final" nos conflitos do campo, mas com isso só conseguirão apressar o momento em que o povo acabará de vez com seus desmandos.

"Os comunistas lutam pelas reivindicações imediatas do povo e elevam sua consciência revolucionária. Aplicam a linha de massas do Partido, alheia a toda espécie de sectarismo e a qualquer atitude capaz de conduzir ao isolamento"
(Do Documento CINQUENTA ANOS DE LUTAS)

romance da libertação

Publicamos a seguir trechos do ROMANCE DE LIBERTAÇÃO DO POVO, literatura de cordel editada pelos guerrilheiros do Araguaia.

Senhores, peço licença,
Me ouçam com atenção,
Vou falar sobre o Brasil.
Da atual situação
Do camponês cá do Norte
Que sendo valente e forte
Ainda passa aflição.

Se o senhor me vir mentindo
Me corte a língua a facão
Me jogue dentro do Inferno,
No meio do caldeirão,
Pra ser frito em óleo quente
Misturado com serpente
E comido pelo cão.

Nos Estados do Pará,
Amazonas e Goiás,
Entrando por Mato Grosso,
Maranhão chegando mais,
O verão é sem secura
Pois a terra é pra fartura
Das espécies vegetais.

Nos lugares que eu citei
Tudo é grande e natural,
Tem minério nas florestas,
Pra caçar é sem igual.
Em terreno desbravado
Tem madeira, roça e gado,
Babaçu e castanhal.

O vivente destas bandas
É escravo do patrão.
Sua paga é só bagulho
Que lhe empurram, queira ou não.
Do esforço do trabalho
Não vê saldo nem pro alho,
Tão medonha a exploração.

O peão é só penando,
Sem direito a reclamar,
Na castanha ou nas fazendas
Onde esteja a trabalhar.
Entra ano e sai ano
Sua vida é só desengano
Não podendo melhorar.

Já quem vive de posseiro
É sem paz e segurança
Pois na terra devoluta
O grileiro faz lambança
Passa pique e laça fundo
Se diz rei pra todo mundo
Rouba velho e até criança.

Garimpeiro, seringueiro,
Madeireiro, lavrador.
Seja qual a profissão
É um povo sofredor.
O vaqueiro, nem se fala,
O barqueiro não se cala,
Vão lutar pra ter valor.

O produto cá da mata
Nunca dá bom preço, não.
Mas tudo que vem da rua
Sobe mais que o avião.
É um saco de arroz,
Com certeza vão ser dois
Pra comprar um bom facão.

No Brasil vive largado
Todo o povo da nação.
O governo nada faz
A não ser tapeação.
Só quem manda é general,
A polícia e bate-pau
Sem dar vez ao cidadão.

Todo mundo sabe disso
E o leitor bem sabe mais
Que o governo não resolve,
Só apóia os maiorais.
Digo assim e com razão:
O povo com arma na mão
Isto não sucede mais.

Falo isto só por alto
Sobre tudo o que fazer.
Cada um que for sabido
Pense e faça pra valer
Dê idéias muito mais
Para a frente e não pra trás
Pois a luta é pra crescer

No Brasil vai ter justiça
Para o povo da nação,
Garantia pros posseiros,
Bom salário pro peão,
Muita escola pras crianças.
Pra mulher um mundo novo
Que não seja escravidão.

Ouça agora o meu conselho:
Ajudai os guerrilheiros
Que combatem altaneiros.
Derrubai este governo
Descarado e fanfarrão
Bate-pau de americano
Inimigo da nação.